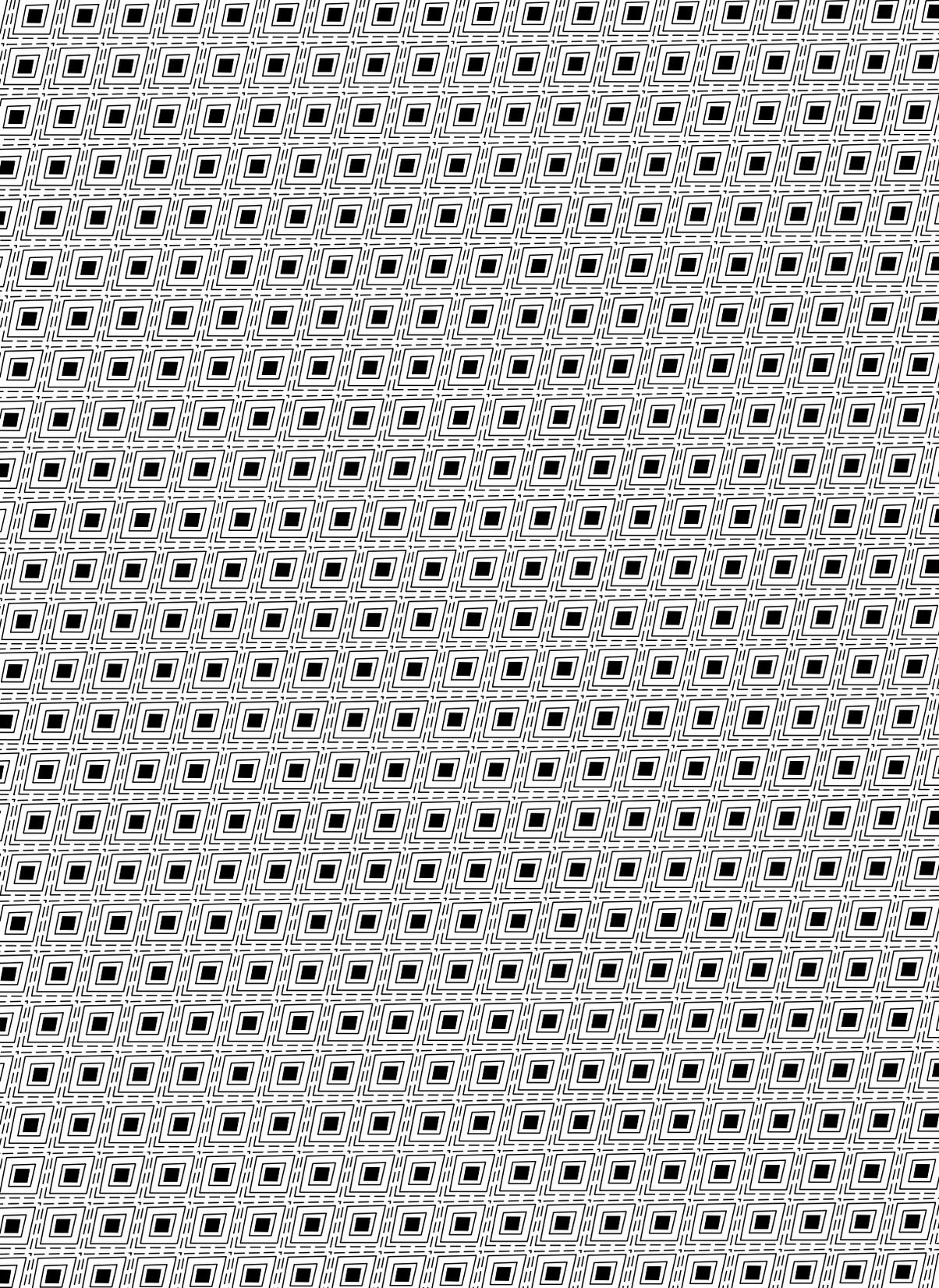




A DINÂMICA DE CONFLITOS E MOBILIZAÇÕES SOCIAIS



MOBILIZAÇÃO SOCIAL E PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO: REFLEXÕES A PARTIR DE ALTAMIRA E REGIÃO

PAULA LACERDA¹

INTRODUÇÃO

A mobilização social de Altamira e da “região da Transamazônica” é considerada uma das mais fortes e bem estruturadas do país. Foi formada a partir da segunda metade da década de 70, quando migrantes foram levados ou atraídos para o sudoeste do Pará sob a promessa de distribuição de terras férteis, fartura e serviços públicos e, na verdade, se depararam com a desassistência em todos os níveis (Souza 2006; Silva 2008). A Igreja Católica, já fixada na região desde o século XVIII, atravessava nesse período mudanças motivadas por setores progressistas que elegeram a “opção preferencial pelos pobres” e, assim, voltaram suas ações para os trabalhos comunitários e de base (Almeida 1990; Levy 2009). Através da Prelazia do Xingu, circunscrição eclesial atuante em todo o município de Altamira e nas cidades do entorno², padres e leigos prestaram assistência aos recém-chegados. Essa assistência, além de atendimento às necessidades mais urgentes, consistiu no estímulo à mobilização social, isso é, à organização de famílias e comu

1 Antropóloga e professora do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Procientista, Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) nível 2 e Jovem Cientista do Nosso Estado da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Email: lacerdapaula@gmail.com.

2 Atualmente, a circunscrição eclesial em Altamira é a Diocese do Xingu e alcança os seguintes municípios: Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu.

nidades, para que pudessem encaminhar suas reivindicações e “lutar” pelos seus direitos (Silva 2008; Lacerda 2013).

A abertura da rodovia Transamazônica, um projeto emblemático de intervenção estatal de enormes dimensões, e outros projetos a ela associados, como os Projetos Integrados de Colonização, como se vê, foram decisivos para a formação da mobilização social na região. Com os estímulos e a metodologia dos religiosos católicos foram formadas Comunidades Eclesiais de Base (CEB), grupos de jovens, de mães, de maneira que um processo de formação política de pessoas de todas as idades esteve em curso. Nos anos seguintes, em meados da década de 80, houve protestos e “lutas” que marcaram a região, como o bloqueio da Transamazônica promovido por trabalhadores do Plano Agrícola Canavieiro Abraham Lincoln (PACAL), que ficaram meses sem receber seus salários (Krautler 2014; Lacerda 2013). A formação do Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica (MPST) e a vitória nas eleições do Sindicato Rural dos Trabalhadores de Altamira, pavimentaram as bases do crescimento da mobilização social que também encontrava as condições para seu surgimento e amadurecimento com o processo de redemocratização do país.

Com isso, ao final da década de 80, foram organizados na Transamazônica três eventos que colocaram, de fato, a região – e Altamira em particular – como centro das reivindicações sociais. Em 1987, foi organizado em Medilândia o I Encontro Regional dos Trabalhadores Rurais. Em 1989, foram organizados dois eventos que não só alcançaram grande repercussão como também resultaram na formação e no fortalecimento de organizações e coletivos. São eles: o Encontro dos Povos Indígenas do Xingu e o I Encontro Estadual dos Atingidos por Barragens. É possível dizer que através desses encontros foram solidificadas as bases da mobilização social que cobrava e exigia direitos e garantia de serviços públicos na região através de manifestações, protestos, bloqueios e outras ações políticas de grande potencial de visibilidade. Os anos seguintes, início da década de 90, foram marcados pela organização do Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Altamira do Campo e da Cidade (MMTA-CC), que aglutina, por sua vez, outros movimentos,

e do Comitê em Defesa da Vida da Criança Altamirense, formado por familiares e amigos das vítimas do conhecido “caso dos meninos emasculados”³.

Como se vê, foi a partir dos efeitos de um grande projeto de infraestrutura – a construção do que seria “a maior estrada do mundo” – que foram fundadas na região as bases da mobilização social, então caracterizada por formas associativas com perfil reivindicatório de ações por parte de setores da administração pública. O ponto de partida desse capítulo é que projetos considerados de “desenvolvimento” produzem efeitos de diferentes naturezas e escalas, alguns, difíceis de serem mensurados e, portanto, invisíveis às avaliações posteriores à conclusão do projeto. O presente capítulo pretende contribuir para a discussão de um desses efeitos, as transformações na mobilização social de Altamira após o mais recente projeto de desenvolvimento aplicado na região, a construção da Usina Hidroelétrica de Belo Monte. No entanto, antes de apresentar um breve histórico da chegada – ou do retorno – desse projeto na região, gostaria de tecer algumas considerações sobre as intervenções estatais com o objetivo de “desenvolvimento” na região em perspectiva de mais longa duração.

Ainda que seja possível e correto compreender a abertura da Transamazônica e o sucessivo estado de abandono em que foi deixada uma parcela expressiva da população como antecedentes da organização da mobilização social na região, a história de Altamira não começa com esse grande evento na década de 70. De fato, ele foi transformador. Mas é preciso compreender Altamira como uma cidade diversas vezes marcada por iniciativas e projetos considerados de “desenvolvimento”, desde pelo menos o século XVIII. Em 1750, às margens do igarapé Panelas, foi fundada a missão jesuíta denominada Tavaquara, com a finalidade de “desenvolver” a região, o que significava praticar a agricultura e a coleta de salsaparrilha, cravo e castanha,

3 O “caso dos meninos emasculados” consiste em um conjunto de crimes ocorridos entre 1989 e 1993, na cidade de Altamira, em que 24 meninos foram abordados por um estranho, levados para locais ermos, onde foram sedados, amarrados e lesionados em várias partes do corpo, inclusive na genitália, que chegou a ser totalmente extirpada em alguns casos. Ver Lacerda (2015) para uma descrição detalhada do “caso” e da mobilização social a partir dele.

notadamente com a mão de obra indígena (Faria 2016). Posteriormente, com a transformação do aldeamento em vila em função da expulsão dos jesuítas, em 1757, a economia da região voltou-se à exportação de de cravo, estopa, tabaco, copaíba, cacau, manteiga de tartaruga, peles de animais e outros gêneros, a custo baixíssimo permitido pela mão de obra indígena e africana não remunerada, sendo, portanto, extremamente lucrativa (Faria 2016).

A partir de 1870, a economia passa a ter como produto central a borracha, o que altera a composição sociológica da região tendo em vista a introdução de migrantes nordestinos. Nesse período, indígenas e africanos tomados como mão-de-obra, construíram uma ligação fluvial que permitiu o acesso mais fácil à cidade de Altamira, formalmente criada anos depois, em 1911. Com isso, foi intensificada a posição de Altamira como entreposto comercial para a aquisição de bens para as longas viagens realizadas rio acima para a extração da borracha. Por volta de 1950, com uma segunda onda da exploração da borracha, muitos indígenas chegam à cidade de Altamira após terem sido expulsos de seus territórios pelos seringueiros, fugidos de guerras com outros indígenas e/ou buscando melhores condições de vida, notadamente a partir da educação.

Como se vê a partir desse brevíssimo resumo sobre práticas de colonização e ação estatal, sob o argumento do “desenvolvimento” de uma região que desde o princípio se sabia ser riquíssima, foi justificada a intervenção na natureza, o subjugo de populações tradicionais, quando não seu extermínio. A caracterização de Altamira e região como “carente de desenvolvimento”, “estagnada” ou “subdesenvolvida” não é produto de uma avaliação técnica que leve em conta o bem-estar da população, mas a possibilidade de produzir riquezas de maneira predatória, o que acentua as desigualdades que acompanham a região desde os primeiros projetos de intervenção a que temos conhecimento, datados de três séculos atrás.

Recentemente, a existência de grupos sociais organizados compromete os projetos de “desenvolvimento” apresentados de maneira autoritária. Quando o projeto de implementação da Usina Hidroelétrica de Belo Monte foi (re)apresentado, no início dos anos 2000, ele foi muito mal recebido

pela população organizada em sindicatos, movimentos de mulheres, clubes de mães, grupos de jovens etc, em função do acúmulo de décadas de discussão e de questionamentos sobre os modelos de desenvolvimento aplicados na Amazônia. Mas, como sempre, há também segmentos – em nível local e extra local - favoráveis aos projetos de desenvolvimento, interessados no incremento de renda ou de capital que possam ter.

Se dissemos, acima, que o projeto da Usina Hidroelétrica de Belo Monte foi reapresentado nos anos 2000, é porque ele é originalmente o resultado de um conjunto de estudos realizados na década de 70, sob a gestão de governos militares. Nos anos 80, como já foi mencionado, intensas mobilizações com intensa repercussão internacional foram realizadas, com destaque para o protagonismo indígena. O Cacique Raoni ao lado do cantor britânico Sting e a indígena Tuíra Kayapó na célebre cena do facão encostado no rosto do diretor da Eletronorte durante os eventos realizados em Altamira em 1989, talvez sejam as imagens mais conhecidas e expressivas desse momento histórico de luta contra o complexo de barragens previsto para o rio Xingu. O início dos trâmites burocráticos em relação ao licenciamento da obra, em 2001, esteve marcado por inúmeras irregularidades, a começar pelo Estudo de Impacto Ambiental autorizado por órgão incompetente, o que resultou na abertura de Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal, analisada no artigo de Pontes Júnior e Beltrão (2005).

Com o início do governo de Luís Inácio Lula da Silva em 2003 e a continuidade das ações relacionadas à construção da Usina Hidroelétrica de Belo Monte, muitas lideranças de Altamira sentiram-se atacadas, traídas e decepcionadas. A narrativa do Bispo emérito do Xingu Dom Erwin Kräutler, que há mais de quarenta anos atua na defesa dos direitos humanos na região, é esclarecedora a respeito das expectativas em relação ao governo que ajudaram a eleger:

[a] promessa de Lula de “não empurrar o projeto goela abaixo de quem quer que seja” fazia apenas parte *script* previamente elaborado para “agradar” o bispo e os que com ele participaram do encontro. Senti-me traído e traído pelo presidente da República. (Kräutler 2014: 49)

Apesar de a questão partidária ser elemento importante para compreender as transformações na mobilização social de Altamira e região diante do projeto da Usina Hidroelétrica de Belo Monte, especialmente as tensões e as rupturas, nas páginas que seguem não tratarei desses conflitos, mas buscarei descrever o surgimento de novos coletivos, a emergência de novas bandeiras de luta e a visibilização de novos atores no cenário social e político da região. Assim, o texto que segue está organizado em quatro partes, além dessa introdução e das perspectivas finais. Sem relação de anterioridade ou de importância, discuto a organização recente de coletivos e movimentos universitários, o surgimento de novas alianças e novos movimentos em face à violência urbana, as ações do Movimento dos Atingidos por Barragens e a articulação recente da nova direita altamirense. São essas as dimensões mais centrais das transformações na mobilização social em Altamira e região ocorridas nos últimos anos, em decorrência da construção de Belo Monte.

Em termos de material empírico, esse trabalho se vale de entrevistas reinterlocutores da pesquisa, integrantes dos movimentos e dos ligados com coletivos que aqui serão mencionados e trabalhados. Desde 2009, realizo pesquisa de campo com perfil etnográfico em Altamira, tendo como primeiro objeto o “caso dos meninos emasculados” (Lacerda 2015), o que me levou a investigar o cenário mais amplo da mobilização social na região. Até o momento, foram realizadas onze etapas de trabalho de campo, com duração variada de 7 a 30 dias, sendo a média de 10 dias. No trabalho de campo mais recente, de 2019, estive especificamente voltada ao tema das transformações recentes da mobilização social na região, tema que havia deixado de lado nos últimos anos por dificuldades de abordá-lo junto às lideranças e por estar interessada nas dinâmicas sócio-políticas nos Reassentamentos Urbanos Coletivos⁴. Passemos, agora, à descrição e análise de cada uma das dimensões da transformação na mobilização social de Altamira.

⁴ Conferir Lacerda (2020) para resultados dessa etapa da pesquisa.

COLETIVOS E MOVIMENTOS UNIVERSITÁRIOS

A presença do *campus* Altamira da Universidade Federal do Pará data da década de 80, com a regulamentação do I Projeto de Interiorização da UFPA. A oferta de cursos de licenciatura (letras, pedagogia, ciências, matemática e geografia), na modalidade intervalar, é expressiva do objetivo de fomentar a formação de professores, inclusive oriundos de outros municípios. Foi, no entanto, a partir de 2008 que o campus foi ampliado em número de vagas e de cursos, como resultado das políticas do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) do governo federal, e do engajamento de docentes da universidade e de movimentos sociais da região. A partir de 2005, a Universidade Federal do Pará (UFPA) passa a adotar políticas afirmativas para acesso de estudantes oriundos de escolas públicas e auto identificados como negros/as, acompanhando a prática de outras universidades pioneiras, como a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em âmbito estadual, e a Universidade de Brasília, em âmbito federal. Conforme demonstrado por Beltrão et al (2013), os efeitos de tais ações levariam alguns anos para serem observados. A implementação de ações relacionadas não apenas ao acesso à universidade, mas principalmente à permanência, foi decisiva na consolidação da política afirmativa. Assim, em 2009, políticas de auxílio permanência beneficiaram mais de 1300 estudantes na UFPA (Beltrão et al 2013) e no ano seguinte esse número passaria quase ao dobro, alcançando 2600 estudantes (idem: 7).

Nesse cenário, o perfil de estudantes das universidades públicas brasileiras, onde se inclui a UFPA, foi transformado. Morais (2020), a partir de pesquisa etnográfica realizada sobre experiências acadêmicas em três instituições públicas localizadas em regiões periféricas do Rio de Janeiro, apresenta considerações importantes sobre a relação entre ambiente universitário frequentado por estudantes de origem popular - majoritariamente negros e negras - e engajamentos políticos, sociais e afetivos. Como a autora demonstra, a transformação no perfil de estudantes das universidades públicas promoveu o fortalecimento do compromisso com demandas e realidades dos terri-

tórios e populações historicamente silenciados, ou objetificados, e com isso foram transformados os perfis das universidades através dos conteúdos teóricos das disciplinas e até mesmo os cursos ofertados, bem como suas modalidades.

De fato, o contexto universitário específico do *campus* Altamira, da Universidade Federal do Pará, o surgimento, os desafios e as expectativas da graduação em Etnodesenvolvimento, foram bem descritos e analisados nos trabalhos de Oliveira e Beltrão (2015), Faria (2015), Domingues e Beltrão (2015), Parente (2015), entre outros. Contudo, me parece que se as primeiras turmas tinham como perfil discente lideranças de comunidades indígenas, quilombolas e agricultoras, com trajetória escolar irregular e, elas próprias, historicamente engajadas em reivindicações por melhorias em suas comunidades, ao longo desses últimos anos o perfil parece ter se modificado no sentido de alcançar uma nova geração de estudantes, mais jovens, com trajetória escolar regular e que puderam usufruir dos benefícios já consolidados em suas comunidades, como energia elétrica, material escolar, transporte público. O ingresso de estudantes com esse perfil, conforme venho argumentando, resultou na emergência de novas pautas e abordagens para os movimentos sociais da região.

Essas mudanças mostram-se muito mais profundas do que apenas uma alteração na composição do perfil sociológico dos discentes. No *campus* Altamira da Universidade Federal do Pará, em 2019, além de movimentos de estudantes indígenas e quilombolas, coletivos como Juventude Manifesta, Levante da Juventude e União da Juventude Socialista, realizavam eventos em torno do debate sobre a conjuntura política e nacional, questões de raça e de direitos LGBT. Para Larissa, estudante de história, 22 anos, o auge do movimento estudantil no *campus* Altamira se deu em 2009, com a luta pelo alojamento e demais questões de assistência universitária, em diálogo com as reivindicações que eram também apresentadas pelos estudantes nos outros *campi*, especialmente em Belém. Em 2016, ainda na avaliação da estudante, as ocupações nas escolas fortaleceram não apenas os movimentos secundaristas mas também os universitários e, assim, temas amplos da política nacional passaram a ser debatidos dentro e fora das salas de aula.

Larissa e outros/as quatro estudantes e participantes de movimentos universitários, foram entrevistados em Altamira dias depois de uma manifestação pública realizada no dia 15 de maio (#15M), organizada em função dos cortes nas verbas da educação e da reforma da previdência. Todos/as os/as estudantes se referiram à manifestação de maneira positiva. Larissa considerou o ato como um marco porque foi o primeiro a ser convocado e organizado por setores do movimento estudantil e, além disso, alcançou grande adesão, inclusive dos movimentos sociais mais estabelecidos na cidade, aqueles que habitualmente estavam à frente das manifestações. Assim, esse ato expressou, em sua visão, o protagonismo da juventude nas lutas sociais de Altamira, sua articulação com outras instituições e atores do campo social, fortalecendo também de maneira interna o movimento estudantil universitário. Para Larissa, a potência do movimento estudantil é a capacidade de mobilizar uma grande força expressiva em quantidade (os jovens) e qualitativa (pelo olhar crítico que apresentam, pela disposição em transformar a sociedade).

A organização da manifestação do dia 15 de maio e a significativa adesão alcançada por ela podem ser compreendidos, também, como um ato de afirmação perante a parcela da sociedade mais conservadora e elitista de Altamira. Significativamente, duas das três jovens entrevistadas, afirmaram sentir-se mais discriminadas por serem universitárias do que por serem negras. Desde 2014, tramita na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei conhecido como “Escola sem Partido”, apresentado pelo Deputado Erivelton Santana (PSC/BA). Esse projeto, conhecido também como “Lei da mordaza”, visa transformar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação brasileira, no sentido de impedir em espaços educacionais o livre debate sobre questões políticas, religiosas e relacionadas à diversidade sexual e de gênero. Materializado nesse projeto de lei, passou a ganhar força, como bandeira política de setores conservadores da sociedade, a visão de que instituições de ensino, especialmente as universidades, são espaços de doutrinação e inúteis ao desenvolvimento da sociedade. Em Altamira não foi diferente. A universidade que não apenas cresceu em visibilidade e estrutura física dentre os aparelhos públicos da cidade, mas também aumentou significativamente o número de pessoas que

ela alcança (como docentes, discentes, funcionários e usuários de seus serviços), passou a ser criticada e combatida por setores da sociedade altamirense. A expansão da universidade – e nesse caso em particular, a expansão de um *campus* de interior – permitiu que jovens que antes concluiriam o Ensino Médio e se tornariam trabalhadores com pouca qualificação ou sequer sairiam de suas cidades, ingressassem em uma universidade pública e alcançassem um diploma de nível superior que além de profissões qualificadas, lhes confere status social. Além disso, esses jovens universitários, naturalmente não em sua totalidade, mas uma parte expressiva, amplificaram as denúncias e reivindicações dos movimentos sociais da região, tradicionalmente associados a setores e partidos de esquerda.

Em novembro de 2018, um mês após a eleição presidencial, uma carta anônima foi deixada no Centro Acadêmico de Geografia, no *campus* Altamira, contendo ameaças ao “movimento estudantil”, citando o nome de duas estudantes e se dirigindo a pessoas “pretas”, “gays” e “sapatão”. A carta finaliza com vivas ao presidente eleito, à ditadura, ao fascismo e a um dos mais famosos torturadores brasileiros, citado pelo então deputado – que se tornaria presidente da república – na votação que aprovou o *impeachment* de Dilma Rousseff. A nomeação de duas estudantes mulheres, bem como a menção a identidades raciais e de orientação sexual, não deixa dúvidas sobre o que ativa o ódio e motiva ameaças: o deslocamento de identidades subalternas e periféricas para espaços de prestígio e status tradicionalmente ocupados pelas elites.

Em termos da atuação organizada dos/as universitários/as de Altamira, além da atenção à política nacional, elas e eles realizam ações, como eventos e manifestações, voltados a temas como o combate às opressões de gênero, à homofobia, ao racismo e ao classismo. Os/as estudantes entrevistados/as mencionaram a participação expressiva na manifestação em repúdio ao então presidenciável Jair Bolsonaro, conhecida como “ele não”, ocorrida também em outras partes do Brasil e do mundo. Assim, o crescimento quantitativo e expressivo dos movimentos universitários de Altamira agrega à mobilização social já existente na região uma dimensão de maior articulação

com pautas nacionais, especialmente relacionadas às reformas neoliberais que vem sendo intensificadas nos últimos anos. Essas pautas, rechaçadas pelos movimentos sociais historicamente atuantes na cidade, universitários ou não, são bem aceitas por setores de direita da cidade, composto por comerciantes, industriários, madeireiros, latifundiários, e também por donas de casa, moto-taxistas, militares e vendedores.

Apesar das significativas convergências entre os movimentos universitários, de surgimento mais recente, e os que foram estruturados em Altamira e região a partir da década de 80, existem também elementos novos e nem sempre fáceis de serem incorporados às temáticas e às estéticas tradicionalmente presentes na mobilização social da cidade. Apesar de a luta histórica dos movimentos sociais de Altamira ter se realizado a partir de um debate crítico sobre as desigualdades sociais, muitas das questões, críticas e demandas apresentadas pelos movimentos universitários despontam como novidade – se não no conteúdo, certamente no formato – no cenário local. Dentre essas, as temáticas raciais e diversidade sexual e de gênero são as que mais se destacam. No que se refere ao primeiro tema, podemos dizer que o combate à discriminação racial representava uma bandeira de luta das lideranças mais experientes nos limites de uma luta mais ampla sobre toda forma de desigualdade social. Os movimentos e coletivos universitários apresentam o combate à opressão racial não apenas como pauta central em suas práticas políticas, como também a expressam em seus corpos, cabelos, roupas e adereços. Ocupar a universidade, os espaços públicos da cidade e as manifestações com essa estética é uma transformação recente em Altamira.

Em relação ao tema do gênero, a relação com o Movimento das Mulheres Trabalhadoras de Altamira do Campo e da Cidade, especialmente com algumas de suas mais conhecidas lideranças, é de reconhecimento e admiração. Contudo, se a luta histórica dessas mulheres relacionadas ao combate à violência de gênero é um ponto em comum entre essas mulheres, as divergências estão colocadas em pautas como o aborto, a diversidade sexual e de gênero e, de maneira mais ampla, a livre expressão da sexualidade e da liberdade em exibir o próprio corpo. Na perspectiva interseccional entre gênero

e raça, a pesquisa de Paiva (2010) apresenta resultados interessantes. Tendo como interlocutoras mulheres lideranças que atuaram na resistência à construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, a autora revela o posicionamento crítico de mulheres negras em relação à dificuldade de suas companheiras de incorporarem práticas antirracistas na dinâmica da mobilização local. De fato, a criação do Coletivo de Mulheres Negras Maria Maria, ainda que não se configure como uma dissidência do Movimento de Mulheres, é indicativo dos desafios em torno da interseccionalidade.

VIOLÊNCIA URBANA E SUAS CONEXÕES

Em Altamira, a violência é constante tema de atenção e atuação dos movimentos sociais da região. No entanto, a compreensão do próprio fenômeno da violência se alterou bastante nos últimos anos. Tendo começado a pesquisar na região em 2008, tratando do conhecido “caso dos meninos emasculados de Altamira”, minhas atenções estiveram desde o início voltadas a compreender as narrativas e as gramáticas locais a respeito da violência, compreendendo o conceito, propositalmente, a partir de sua polissemia. Acontecimentos como violência contra a mulher e crimes interpessoais, além de outros crimes de menor potencial ofensivo, faziam parte do cotidiano de Altamira e região, especialmente em função de projetos de colonização e de “desenvolvimento” realizados de maneira considerada autoritária e inapropriada, como descrito anteriormente.

Apesar de recorrentes, crimes como esses não passavam despercebidos nem eram banalizados por parte da sociedade organizada, que realizava protestos, cobrava medidas de prevenção e investigação dos setores responsáveis. Havia, também, os crimes extraordinários, como os vários que foram praticados contra meninos desde o final dos anos 80 até início dos anos 90, ou como os crimes de encomenda que assassinaram lideranças como a irmã Dorothy Stang, Ademir Federicci (o Dema), e Bartolomeu Moraes da Silva (o Brasília), em Altamira e em Anapu. Em relação aos primeiros desses crimes,

é correto dizer que os sindicatos, clubes de mães, pastorais e comunidades eclesiais de base não apenas estiveram vigilantes e atentos como também prestaram solidariedade às famílias das vítimas e as estimularam a lutar por justiça, resultando na formação do Comitê em Defesa da Vida da Criança Altamirense, conforme mencionado. Os outros crimes, ocorridos nos anos 2000, lançaram o problema das ameaças e dos assassinatos de lideranças socioambientais como assunto de atuação e preocupação internacional.

A violência urbana em Altamira – entendida aqui como crimes de roubos, furtos, latrocínios e mesmo homicídios – é tema bastante complexo. Desde as primeiras vezes em que estive na cidade, notei que a preocupação com a “violência” era um tema central para minhas e meus interlocutores, fosse na preocupação com a minha segurança, fosse na interação com outros moradores da cidade, indicando que os portões e as grades deveriam permanecer fechados ou fazendo circular informações e notícias de assaltos, desaparecimentos, mortes. Todos os dias, na programação do jornal local, um repórter em frente à delegacia de polícia lê os registros policiais, algo mais ou menos assim: “[à]s 23 horas, na Avenida Perimetral, foi registrado um roubo de bicicleta. Vítima e testemunhas prestaram depoimento. Homicídio no Mutirão, vítima do sexo feminino ainda não reconhecida. A polícia investiga. Facada na Brasília, a vítima, um rapaz de 23 anos, encontra-se internado em estado grave”. Assistir pela televisão o noticiar de crimes ocorridos quase sempre em regiões próximas da cidade, às vezes poucas horas antes de onde se estava, provoca uma sensação da onipresença da violência. Esta sensação corresponde ao que minhas e meus interlocutores de pesquisa dizem sobre o que é viver em Altamira.

Frequentemente, circulam informações sobre violência nos seguintes termos: “encontraram um corpo no lixão”, “acharam um braço no bairro tal”. Nessas ocasiões, a rápida difusão de notícias sobre violência enseja preocupações com os familiares que estão na rua, longe ou inacessíveis. Nos últimos anos, com o alcance da internet e de aplicativos de mensagens instantâneas, os celulares tornam-se depositários de imagens de corpos ou pedaços de corpos, que a própria pessoa registrou ou que recebeu e guardou. Em relação ao

registro dessas imagens, o que para alguns pode parecer um interesse mórbido, para outros significa uma forma de se informar e de resistir ao que consideram como “silenciamento” ou “abafamento” da violência em Altamira. A sensação de onipresença da violência, que descrevi acima, é acentuada pela percepção de que ao mesmo tempo em que as pessoas estão o tempo todo em meio a situações de violência, a violência é ainda maior do que se pode saber – seja pela TV, seja por redes e circuitos outros.

Esse histórico é importante para compreendermos os efeitos práticos e subjetivos da explosão da violência após a construção de Belo Monte. Em 2015, a cidade recebeu o triste título de cidade mais violenta do país, segundo o Atlas da Violência (Cerqueira et al 2017). Outros tipos de violência também sofreram agudo acréscimo, como a violência sexual (Oliveira 2017), os acidentes de trânsito e os suicídios (Grisotti 2016). Segundo Pereira e Cordeiro (2016), em 2011 foi firmado entre o governo estadual e a concessionária responsável pela obra um termo de cooperação técnico-financeira visando a implantação de ações de combate ao crime e prevenção à violência. No entanto, informam os autores que os recursos foram destinados a aluguel de viaturas, compra de motocicletas para frotas policiais, reformas de prédios de instituições públicas da área de segurança e aquisição de um helicóptero, sem quaisquer investimentos efetivos em prevenção por meio de projetos sociais, educação e saúde (Pereira & Cordeiro 2016: 48).

A violência cometida por facções e a violência policial não possuem dados que permitam comparações cronológicas, mas são visíveis e perceptíveis à população da cidade. Sobre as facções, a mídia informa que foi em 2008 que a facção Comando Classe A se estabeleceu na região (Resk & Carvalho 2019). Com a intensificação da circulação de dinheiro e de pessoas durante a construção de Belo Monte, a facção teria crescido e tentado conter a atuação local da facção carioca Comando Vermelho. O massacre no Centro de Recuperação Regional de Altamira, em que 58 detentos foram mortos, dentre os quais 16 foram decapitados, ocorrido em 2019, revelou em escala nacional o problema da criminalidade faccionalizada em Altamira. Trata-se do terceiro maior massacre de presos no país (Massacre em presídio... 2019).

Em resposta às novas feições da violência urbana em Altamira, foi formado em 2017 o grupo Mães do Xingu. A iniciativa partiu de Málaque Mauad, após dois meses do assassinato de seu filho. Magid Mauad, de 22 anos, era estudante universitário e foi confundido com um rapaz envolvido em crimes de tráfico e assalto. Reunindo mães de jovens assassinados, o Mães do Xingu reivindica educação e assistência social em bairros pobres de Altamira, visando a prevenção da criminalidade. Apoiado e reconhecido tanto por movimentos mais tradicionais na cidade quanto por movimentos mais recentes, especialmente os universitários, o Mães do Xingu pretende oferecer apoio e solidariedade às mães que perderam seus filhos, inclusive àquelas cujos filhos estavam envolvidos em crimes e/ou facções. Ultimamente, em função do aumento preocupante no número de suicídios de jovens ocorridos na cidade, o grupo tem promovido ações no campo da saúde mental.

A interlocução das integrantes do Mães do Xingu com movimentos de mães de outras partes do Brasil, especialmente de grandes e médias cidades, ampliou para outros circuitos o tema da violência urbana em Altamira, compreendido, também por elas, como efeito de Belo Monte. A mobilização conjunta com grupos como Mães de Maio (SP), Mães de Manguinhos, Mães da Baixada (RJ), Mães do Curió (CE), Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência (RJ), entre outros, fortalece o debate sobre violência urbana e policial que não se configurava como uma pauta central nos movimentos sociais da região. Para elas, a construção de Belo Monte representa, pelo inchaço populacional desordenado e o descompasso com políticas sociais e culturais voltadas à juventude, o mais cruel atentado contra o futuro da população altamirense.

O MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS

Nos últimos anos, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) ganhou visibilidade e expressividade em Altamira e nas cidades vizinhas, tornando-se um dos movimentos sociais mais conhecidos na região. Trans

formações importantes foram produzidas na mobilização local, tanto em relação às características de sua forma de atuação, inclusive estéticas, quanto por sua estrutura e organização. No entanto, é anterior na região a presença das Comissões Regionais, modalidades de organização de resistência às barragens que antecederam a institucionalização do MAB. Durante a década de 80, contando com a participação de lideranças já envolvidas em outras lutas e outros movimentos, foi formada em Altamira a Comissão Regional dos Atingidos pelo Complexo Hidroelétrico do Xingu (CRACOHX). Na cidade, como também em outras partes do Brasil, o surgimento da luta contra as barragens partiu das mobilizações de base realizadas pela Igreja Católica progressista. Foschiera (2009) reforça a contribuição de religiosos católicos na estruturação da resistência contra as barragens e nota também o apoio da Igreja Luterana em regiões de migração alemã, como Ji-Paraná, em Rondônia e Itaipu, no Paraná, além do envolvimento de pesquisadores e professores universitários (: 31).

Neto Portugal, liderança atuante na Transamazônica desde a década de 80, afirma que a mobilização contrária à implantação de barragens na região – e na Amazônia como um todo – foi precocemente organizada devido a alguns fatores: a forte presença dos movimentos sociais da região, que haviam então ganho a eleição do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STTR) de Altamira, o que acabou funcionando como uma célula de mobilização em outras frentes; a articulação com movimentos de outras partes do país, o que se deu, em alguns casos, através da mediação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e, naturalmente, a existência concreta do Projeto Hidroelétrico do Complexo do rio Xingu.

Em seguida à estruturação da CRACOHX, em 1989, foi formada a Comissão Nacional Provisória de Trabalhadores Atingidos por Barragem (CNPTAB) e, visando a atuação regionalizada, a Comissão dos Atingidos por Barragens da Amazônia (CABA). Com essas três entidades podemos dimensionar a articulação e a capilaridade do que viria a se tornar o MAB dois anos depois, em 1991. A composição dessas comissões conta com lideranças de outros movimentos, especialmente sindicalistas envolvidos na luta pela ter

ra. Isso é verdade tanto na região de Altamira, onde os movimentos sociais foram estruturados e começaram a atuar a partir do campo, quanto em relação a outras partes do país, segundo a pesquisa sobre o MAB realizada por Ruszczyk (1997). Segundo esse autor, até meados dos anos 90, a mobilização de um campesinato rural e, conseqüentemente, a luta pela terra caracterizavam a atuação do MAB e marcavam seu o principal eixo de denúncia e reivindicação dos atingidos por barragens (Ruszczyk 1997: 27).

Segundo a análise histórica que Foschiera (2009) realiza do MAB, embora não seja possível traçar tendências e características capazes de definir o movimento que apresenta peculiaridades regionais e que se transforma ao longo das décadas de atuação, é possível afirmar que a aproximação com outros coletivos e movimentos sociais como a Via Campesina e a Consulta Popular, ocorrida a partir da segunda metade dos anos 2000, resultou no direcionamento contra a atuação do capital privado no setor elétrico (:47). Essa aproximação também resultou na crescente importância das ações de formação, inclusive em nível superior, dos/as seus integrantes, não apenas das lideranças. A realização de cursos de capacitação e de formação com duração de duas ou até três semanas, segundo o autor, representa um ambiente coletivo de reflexão, produção da coletividade e afinamento dos discursos, dos debates e da forma organizativa.

A formação de base que a Igreja Católica progressista oferecia na região da Transamazônica, embora conferisse centralidade à crítica sobre a acumulação de capital e sobre os efeitos da desigualdade social, partia da observação da realidade social dos assentados, trabalhadores da terra, ribeirinhos, mulheres, jovens. Assim, é possível dizer que há convergências de visões entre a formação das lideranças que passaram por alguma (ou algumas) entidades ligadas à Igreja Católica que existem na região e as lideranças do MAB. Por outro lado, existem também diferenças, e estas estão colocadas especialmente no nível de abrangência da análise e da crítica social, o que é bastante significativo quando está em questão o direcionamento prático da luta social. Enquanto a metodologia católica partia da observação da realidade social, tendo com isso formado lideranças conhecedoras dos processos

sociais locais, as lideranças do MAB produzem análises de conjuntura mais amplas, alcançando o nível do neoliberalismo global, nem sempre relacionadas aos processos sociais e políticos ocorridos na região. Não por acaso, os jovens universitários que foram entrevistados para a presente pesquisa, afinados com as estratégias políticas do MAB, compartilharam suas análises sobre a política brasileira sem traçar muitas relações com a história de luta da região onde cresceram, ou mesmo com a região amazônica no geral, a despeito do grande histórico de luta.

Em dimensões estéticas, a forma de atuação do MAB também transformou a mobilização social em Altamira. Os tambores do MAB passaram, literalmente, a ditar o ritmo das manifestações de rua. A setorial LGBT e a inclusão de crianças em todas as atividades do movimento diversificam o público dos protestos e da mobilização social de maneira mais ampla. Talvez também por essas dimensões, os/as universitários/as tenham encontrado no MAB uma referência em relação aos coletivos que passaram a integrar após o ingresso no ensino superior ou durante o ensino médio.

Em Altamira, segundo Jackson Dias, liderança do MAB, o movimento elegeu como forma principal de atuação na cidade o acompanhamento das famílias nos Reassentamentos Urbanos Coletivos. Assim, a atuação local do MAB está concentrada na população urbana, o que também pode ser considerado com uma singularidade em relação ao histórico da mobilização social que parte de trabalhadores e trabalhadoras dos lotes e dos travessões, ainda que com muitas conexões na cidade. Segundo o interlocutor, como Altamira sempre contou com muitas instituições socioambientais e de defesa dos direitos humanos, não seria o direcionamento do MAB para outras frentes de luta que resultaria na desassistência de grupos como indígenas, ribeirinhos etc. Em sua visão, os efeitos sobre a população urbana de Altamira eram o que menos alcançava denúncias internacionais e visibilidade nos grandes veículos de comunicação, apesar de ser o segmento mais afetado, com 25 mil pessoas deslocadas na área urbana.

Apesar de a estrutura para organizar politicamente a população urbana ser relativamente mais simples, por não necessitar de estruturas como bar

cos, rádios e grandes quantidades de combustível, as dificuldades são grandes. Segundo Jackson, a decisão do MAB de priorizar a atuação nas áreas urbanas de Altamira implicou em voltar-se às periferias e, especificamente, à juventude periférica, passando a lidar de frente com temas de violência e criminalidade. Não apenas o pai e a mãe de família deveriam ser organizados, mas seus filhos, adolescentes ou crianças, também. É nesse contexto que as oficinas de batucada, de produção de faixas, de poesia e de paródia, como parte das ações de “agitação e propaganda”, foram organizadas. Para a realização da oficina de batucada, o MAB de Altamira contou inicialmente com o apoio do Levante Popular da Juventude, mas em pouco tempo foi possível multiplicar os jovens formados e adquirir instrumentos através de parcerias com órgãos como Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e Fundação para a Infância e Adolescência.

A ORGANIZAÇÃO E A VISIBILIZAÇÃO DE GRUPOS DE DIREITA EM ALTAMIRA

Embora a direita tenha, historicamente, concentrado o poder político e administrativo em Altamira e as classes detentoras do capital e dos meios de produção estivessem organizadas de diferentes formas (sindicatos patronais e grupos de classe, por exemplo), é produto dos últimos anos a estruturação de uma militância de direita com visibilidade pública, seja nas ruas da cidade, texto seja nas redes sociais. Não é o propósito desse apresentar um mapeamento histórico desses grupos em Altamira, embora a tarefa viesse a preencher uma lacuna importante no que se conhece sobre a região. O interesse na organização e visibilização de uma militância de direita em Altamira deve-se, portanto, não à preocupação histórica de constituição de grupos corporados ou mesmo de elites, mas à disputa simbólica, estética e narrativa de um espaço até então ocupado pela ação de movimentos sociais historicamente constituídos, de perfil popular, contestatório e associados às esquerdas - as mobilizações de rua (e atualmente, também, certos espaços virtuais), algo especialmente forte na região como já afirmado.

Durante os anos que antecederam a construção da hidrelétrica de Belo Monte e os anos seguintes, instituições de defesa dos direitos humanos que atuam na região organizaram diversos protestos contrários à barragem. Àquela altura, não ocorreram manifestações favoráveis ao projeto de Belo Monte, o que não quer dizer que os grupos que sustentavam essa posição tenham deixado de comunicar publicamente seu posicionamento. Em 2010, eram ostensivos os adesivos nos veículos tipo pick-ups favoráveis à Belo Monte (Belo Monte, Eu Quero!), além da participação, mais ou menos articulada, de defensores do projeto nos eventos organizados em Altamira e região pelas lideranças que lutavam contra o empreendimento. Nesses eventos, pessoas favoráveis a Belo Monte faziam uso da palavra ora atacando as lideranças que apresentavam posição antagonista, ora defendendo que o projeto traria inúmeros benefícios para a região (“emprego”, “desenvolvimento”, “investimento”, “shopping” etc ...). Ainda assim, nesse contexto, não houve manifestações públicas protagonizadas por setores de direita.

Segundo Nelson Pacífico, coordenador do Movimento Brasil Livre em Altamira, em novembro de 2018 foi organizada uma manifestação em frente à sede da Centrais Elétricas do Pará (CELPA) com o objetivo de protestar contra o que consideraram como péssimo serviço prestado pela companhia. A partir dessa ação (à qual teriam comparecido cerca de 80 pessoas), foi fundado o Movimento Popular de Altamira (MPA), composto, em sua visão, majoritariamente por pessoas de “classe social baixa”, e também coordenado por ele. Após o protesto, através desse coletivo, o MPA, foi iniciada interlocução com o Ministério Público reivindicando a redução da tarifa, a retirada da taxa de iluminação pública, a redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), entre outras ações. Apesar de as reivindicações apresentadas pelo MPA incidirem sobre a questão energética, temática principal do MAB, para esse interlocutor, não havia movimentos ou forças na cidade que estivessem voltados à defesa dos interesses da população nesse aspecto. Ao ser provocado sobre essa questão, o entrevistado lembrou-se da existência do MAB, mas declarou não se identificar com a forma de atuação desse movimento.

Segundo a avaliação do entrevistado, o MPA foi exitoso em algumas de suas reivindicações, o que o estimulou a procurar um movimento que já contasse com uma estrutura, podendo assim, visibilizar e fortalecer as ações realizadas pela direita na cidade. Identificando-se como “liberal na economia e conservador nos costumes” e filho de industriais, Nelson encontrou afinidades com o Movimento Brasil Livre. Na época de nossa entrevista, em maio de 2019, o Núcleo Xingu do Movimento Brasil Livre estava na categoria C (em uma escala que vai de A a C) e mantinha atuação em 12 municípios da região. Contava com cerca de 30 membros e possuía mais outros dois coordenadores.

Em Altamira, a temporalidade dos protestos de rua organizados pela direita foi diferente da tendência nacional das grandes cidades, iniciada em 2013. Após o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (PT), em 2015, a articulação nas redes sociais da direita em Altamira passou a ser bastante visível, mas foi a partir do processo eleitoral de 2018, ainda antes da posse de Jair Bolsonaro (então PSL), que a presença desses setores passou a se dar nas ruas, em manifestações próprias convocadas pelas redes sociais. Cabe lembrar que em Altamira Bolsonaro alcançou o percentual de 54,36% dos votos, contrariando o cenário estadual em que o candidato Fernando Haddad (PT), obteve a maioria dos votos. A partir da eleição, os protestos de apoio ao presidente realizados em várias cidades do país passaram a ocorrer também em Altamira, ainda que com adesão bastante modesta.

Além de pessoas com o perfil de Nelson Pacífico – nascido em Altamira pertencente a uma pequena elite econômica local com contatos e articulações com políticos e gestores públicos – a elite de Altamira e arredores que compõe os quadros da direita com visibilidade recente, é também composta por pessoas de fora, proprietários de grandes extensões de terra na região não tituladas, mas desmatadas com o auxílio de máquinas e queimadas, ocupadas por cabeças de gado e protegidas por seguranças privados com ou sem articulação com os setores de segurança pública da região. A matéria publicada pelo periódico *El País* (Betim 2019) apresenta os cariocas Renato e Flavio Frossard, grandes proprietários de terra na região da Transamazônica, como exemplos da articulação de setores de direita em vista de interesses como a

anistia a invasões de terras públicas, a regularização fundiária, o fim das organizações socioambientais, pautas que agora possuem acordo com as ações e declarações do representante máximo do executivo. Mas não são apenas pessoas de classe média ou elites que compõe as bases da mobilização da direita em Altamira.

Reunidos no movimento “Direita Altamira”, sem prevalência de nenhum partido em particular, até o momento, mas apoiando a criação do Aliança pelo Brasil, empresários/as, donas de casa, mototaxistas, fazendeiros e madeiros defendem a diminuição da participação do estado na economia como forma de reduzir a corrupção, o direito à propriedade privada e buscam promover os valores éticos, morais, cristãos e familiares e o desenvolvimento econômico, segundo informações extraídas do perfil do grupo em uma rede social. Resta, para etapas futuras da investigação, ampliar o conhecimento sobre essa frente de transformação da mobilização social em Altamira, mapeando mais consistentemente seus agentes, bem como a apropriação de bandeiras de lutas populares e as articulações em torno das próximas eleições locais, previstas para outubro de 2020.

PERSPECTIVAS FINAIS

As reflexões aqui apresentadas são resultado de observação e análise de processos sociais e políticos que estão ainda em curso e, por isso, busquei apontar tendências, destacar continuidades e afastamentos, além de enfatizar o potencial de transitoriedade dos temas aqui trabalhados. Por outro lado, como foi dito na introdução desse texto, o material de pesquisa que em grande medida embasa as análises foi produzido em maio de 2019, alguns anos depois, portanto, do início da fase mais intensa de ações relacionadas projeto hidroelétrico de Belo Monte. Esse tempo foi crucial não só para que fosse possível voltar a acessar narrativas sobre temas que haviam se tornado delicados em razão das situações de conflito e de ruptura vivenciadas por algumas das lideranças que integram a mobilização social em Altamira, quanto para que

pudesse ser visibilizada a emergência de novos atores sociais, grupos, alianças, convergências e divergências de forma um pouco mais concreta.

É possível dizer que se os efeitos da construção de Belo Monte incidiram sobre a mobilização social de Altamira e região, isso pode ser constatado através das transformações nas ações políticas realizadas, do estabelecimento de novas parcerias e articulações, da ocorrência de conflitos e rupturas, do surgimento de novos grupos e movimentos, como também da entrada em cena de novos atores. O cenário da mobilização social da região após Belo Monte apresenta-se como mais diverso e mas também mais polarizado. A emergência de novos atores, como descrevemos, diz respeito tanto ao protagonismo dos jovens universitários comprometidos com a defesa de direitos sociais quanto da organização de setores conservadores em torno de um movimento associado a interesses de perfil neoliberal.

O contraste de ideologias e de opiniões que muitas vezes se expressam nos mesmos espaços da cidade (presencial e on-line) tem tido efeitos internos nas organizações. Essa dimensão, associada à percepção de que certos grupos de direita e seus interesses encontram-se bem defendidos por gestores públicos que ocupam diferentes níveis da federação, tem provocado a reflexão nos movimentos sociais de defesa dos direitos humanos de que precisam ser reformuladas estratégias de ação, especialmente aquelas que implicavam na exposição pública e na visibilidade de suas lideranças. Os casos recentes de assassinatos de lideranças indígenas, quilombolas e demais sujeitos envolvidos em causas socioambientais, como também as práticas recentes de criminalização chegando, em alguns casos, à prisão arbitrária, tem sido acompanhados com preocupação, indignação e servem como um alerta para a parcela da sociedade organizada na defesa dos direitos humanos.

O processo de construção da Hidroelétrica de Belo Monte, cenário ao qual essa pesquisa se refere, esteve marcado por táticas de governo que visaram a divisão e a desestruturação de reivindicações e estratégias de lutas coletivas, favorecendo soluções e acordos individuais para problemas sociais e coletivos. Belo Monte também resultou no fortalecimento econômico e moral das elites locais, que tradicionalmente se posicionam favoráveis a projetos públi-

cos que incrementem suas posses e ampliem seu poder político. Em Altamira e região, esses foram os acontecimentos mais significativos que antecederam a apresentação de uma série de reformas, pelo governo federal, que fragilizam direitos trabalhistas e previdenciários, além de serviços básicos como saúde, educação, investimento tecnológico. Por fim, a observação de processos sociais e políticos é uma tarefa em constante necessidade de atualização. Observar as transformações na mobilização social e suas relações com processos políticos entre os quais “projetos de desenvolvimento” parece ser uma boa maneira de compreender os entrelaçamentos entre estado e sociedade, nas suas torções e composições com setores específicos da sociedade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner. 1990. “O intransitivo da transição: o Estado, os conflitos agrários e a violência na Amazônia (1965-1988)” *In* : OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). *Projeto Calha Norte: militares, índios e fronteiras*. Rio de Janeiro: Peti; Museu Nacional (UFRJ), pp. 117-138.

BELTRÃO, Jane Felipe; BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de & MAUÉS, Antonio Gomes Moreira. 2013. “Das ações afirmativas na Universidade Federal do Pará” *In*: *PROGRAMA DEL SEMINARIO SOBRE: ACCESO Y PERMANENCIA DE LOS GRUPOS VULNERABLES EN LA ENSEÑANZA SUPERIOR - Oficinas de DDHH*. Brasília, Universidade de Brasília, de 11 a 13 de setembro de 2013. *Anais*. Belém: UFPA. Disponível em: <<https://www.upf.edu/dhes-alfa/oficinas/docs/UFPA.pdf> >. Acesso em: 28 de abril de 2020.

BETIM, Felipe. 2019. “A Amazônia que festeja Bolsonaro: ‘Quem tem que decidir nosso futuro é a gente’” *In*: *El País*, 01 outubro 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/13/politica/1568399615_362946.html >. Acesso em: 30 de abril de 2020.

CERQUEIRA, Daniel; LIMA, Renato Sérgio de; BUENO, Samira *et al* . 2017. *Atlas da violência 2017*. Rio de Janeiro: Ipea; FBSP.

DOMINGUES, William César Lopes & BELTRÃO, Jane Felipe. 2015. “Diversidade & educação: o desafio à docência intercultural” *In*: OLIVEIRA, Assis da Costa & BELTRÃO, Jane Felipe (orgs.). *Etnodesenvolvimento & universidade: formação acadêmica para povos indígenas e comunidades tradicionais*. Belém: Santa Cruz.

FARIA, Eliane da Silva Sousa. 2016. *Viagem etno-histórica e arqueológica ao Médio Xingu: memória e história indígena na Amazônia*. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará. Belém: PPGA/UFPA. (Inédita)

_____. 2015. “Etnodesenvolvimento & arqueologia: experiências de ensino, pesquisa e extensão com povos e comunidades tradicionais da região da Transamazônica e Xingu”. In: OLIVEIRA, Assis da Costa & BELTRÃO, Jane Felipe (orgs.). *Etnodesenvolvimento & universidade: formação acadêmica para povos indígenas e comunidades tradicionais*. Belém: Santa Cruz, pp. 145-153.

FOSCHIERA, Atamis Antonio. 2009. *Da barranca do rio para a periferia dos grandes centros urbanos: a trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens face às políticas do setor elétrico no Brasil*. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Presidente Prudente: FCT/Unesp. (Inédita)

GLOBO.COM. 2019. “Massacre em presídio no Pará é um dos maiores desde Carandiru” In: *G1*, Rio de Janeiro, 29 de julho de 2019. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/29/massacre-em-presidio-no-para-e-um-dos-maiores-desde-carandiru.ghtml>. Acesso em: 28 de abril de 2020.

GRISOTTI, Márcia. 2016. “A construção de relações de causalidade em saúde no contexto da hidrelétrica de Belo Monte” In: *Ambiente & Sociedade*, v. 19, n. 2, São Paulo, abril/junho, pp. 291-310.

KRÄUTLER, Erwin. 2014. “E vai compreender a nossa luta por justiça” In: LACERDA, Paula Mendes (org.). *Mobilização social na Amazônia: a luta por justiça e por educação*. Rio de Janeiro: E-Papers, pp. 37-50.

LACERDA, Paula Mendes. 2013. “Movimentos sociais na Amazônia: articulações possíveis entre gênero, religião e Estado”. *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas, Belém: v. 8, n. 1, pp. 153-168, janeiro/abril.

_____. 2015. *Meninos de Altamira: polícia, justiça e administração pública*. Rio de Janeiro: Garamond.

_____. 2020. “As indenizações como política de direitos humanos e de justiça social no Brasil contemporâneo” In: *Antropolítica*. Niterói: n. 48, pp. 246-275.

LEVY, Charmain. 2009. “Influência e contribuição: a Igreja Católica progressista brasileira e o Fórum Social Mundial” In: *Religião & Sociedade*. Rio de Janeiro: v. 29, n. 2, p. 177-197.

A DINÂMICA DE CONFLITOS E MOBILIZAÇÕES SOCIAIS

MORAIS, Juliana Athayde Silva de. 2020 *Educação superior pública em movimento: compromisso, afeto e luta na Baixada Fluminense* Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PPGCS/Uerj. (Inédita)

OLIVEIRA, Assis da Costa. 2017. *Belo Monte: violências e direitos humanos*. Belém: Supercores.

OLIVEIRA, Assis da Costa & BELTRÃO, Jane Felipe. 2015. *Etnodesenvolvimento & universidade: formação acadêmica para povos indígenas e comunidades tradicionais*. Belém: Santa Cruz.

PAIVA, Angela Maria Trindade. 2010. *Das águas do rio, as mulheres em movimento na defesa do Xingu: a resistência contra a construção da hidrelétrica de Belo Monte em Altamira – Oeste do Pará*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará. Belém: PPGCS/UFGPA. (Inédita)

PARENTE, Francilene de Aguiar. 2015. “Educação superior diferenciada e reelaboração da diferença entre indígenas na UFGPA” In : OLIVEIRA, Assis da Costa & BELTRÃO, Jane Felipe (orgs.). *Etnodesenvolvimento & universidade: formação acadêmica para povos indígenas e comunidades tradicionais*. Belém: Santa Cruz, pp. 171-190.

PEREIRA, Fabiano de O. Vitoriano & CORDEIRO, Leonardo Zenha. 2016. “As violências contra as juventudes: reflexões e suas relações com a hidroelétrica de Belo Monte no contexto de Altamira” In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará*. Belém: v. 3, n. 2, pp. 47-58, julho/dezembro.

PONTES JÚNIOR, Felício de Araújo & BELTRÃO, Jane Felipe. 2005. “Xingu, barragens e nações indígenas” In : SEVÁ FILHO, A. Oswaldo (org.). *Tenotã-Mô: alertas sobre as consequências dos projetos hidroelétricos no rio Xingu*. São Paulo: International Rivers Network, pp. 74-90.

RESK, Felipe & CARVALHO, Marco Antonio. 2019. “Cidade de massacre em presídio, Altamira enfrenta explosão de assassinatos” *Estado de S. Paulo* São Paulo, 01 de agosto de 2019. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,cidade-de-massacre-em-presidio-altamira-enfrenta-explosao-de-assassinatos,70002950189>>. Acesso em: 28 de abril de 2020.

RUSZCZYK, João Carlos. 1997 *Espaço da água, espaço da terra no Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB/CRAB – 1979-1992*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: ICHS/UFRRJ. (Inédita)

Mobilização social e projetos de desenvolvimento: reflexões a partir de Altamira e região

SILVA, Maria Ivonete Coutinho da. 2008. *Mulheres migrantes na Transamazônica: construção da ocupação e do fazer política* Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará. Belém: PPGCS/UFGA. (Inédita)

SOUZA, Ana Paula Santos. 2006. *O desenvolvimento socioambiental na Transamazônica: a trajetória de um discurso de muitas vozes*. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) Centro Agropecuário da Universidade Federal do Pará. Belém: UFGA. (Inédita)

_____. “Transamazônica. As margens da rodovia – as marcas da luta!” In LACERDA, Paula Mendes (org.). *Mobilização social na Amazônia : a luta por justiça e por educação*. Rio de Janeiro: E-Papers, pp. 51-68.

UMBUZEIRO, Manuel. 1999. *Altamira e sua história*. Altamira: Prefeitura Municipal de Altamira.

VELHO, Otávio. 1972. *Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

